



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, às nove horas, na Sub-sede da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no Setor de Autarquias Sul, quadra 5, bloco N, 10º andar, sede do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) CNDM: informes gerais, expediente interno; 2) Informes: Programação para o Dia Internacional da Mulher-8 de março, Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha; 3) II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres – informe da Comissão Organizadora e debates. Estiveram presentes as seguintes representantes governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire e a Secretária Adjunta Teresa Cristina Sousa; II) Maria José de Oliveira Araújo/MS; III) Rosiléia Maria Roldi Wille/MEC; IV) Débora Nogueira Beserra/MP; V) Eunice Lea de Moraes/MTE; VI) Hildézia Alves Medeiros/MDS; VII) Thaís Borges S. P. Werneck representando Flávia Gomes Galiza/MC; VIII) Viviane Rios Balbino - representando Mariângela Rebuá de Andrade Simões/MRE; IX) Ivana de Siqueira/SEDH; X) Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA. E as seguintes Conselheiras da Sociedade Civil: I) Schuma Schumacher/AMB; II) Justina Inês Cima/MMC; III) Nilza Iraci Silva/ONGs Mulheres Negras; IV) Maria Ednalva Bezerra de Lima/CUT; V) Jacimar de Almeida Gouvêa/CONAMI; VI) Odisséia Pinto de Carvalho/CNTE; VII) Edna Maria Costa - Suplente/CMB; VIII) Creuza Maria de Oliveira/FENATRAD; IX) Arlete Carminatti Zago – Suplente/BPW-BRASIL; Eline Jonas/UBM X) Lia Zanotta Machado/Rede Nac. Feminista; XI) Albertina de Oliveira Costa/Notório Conhecimento em Gênero; XII) Maria Elvira Salles Ferreira/MERCOSUL; XIII) Jeanete Assad Mazzeiro – Suplente/MERCOSUL; XIV) Rumico Tanaka/CGT; XV) Maria da Conceição Concita Maia de Oliveira/MAMA; XVI) Nalu Faria Silva/ Marcha Mundial das Mulheres; XVIII) Neuza Barbosa Lima/Força Sindical; XIX) Helena Ribeiro da Silva - Suplente/Força Sindical; XX) Rita Cerqueira Quadros/LBL; XXI) Marilma Torres Gouvêa de Oliveira/OAB. A reunião foi aberta pela Ministra Nilcéa Freire, presidente do CNDM, que cumprimentou a todas e apresentou as justificativas de ausência das conselheiras Clara Charf e Rose Marie Muraro, por questões de saúde, Maria José Araújo/Ministério da Saúde, por estar em viagem ao Haiti, Marcia Campos/CMB, por estar na Venezuela participando dos preparativos para o próximo Congresso da FDIM, Carmen Foro/Contag, por estar cumprindo agenda interna da entidade, Beatriz Fett/BPW, por estar participando de reunião preparatória à reunião da CSW/ONU e da conselheira Gisela Zilsch/ABMCJ, por mudança na presidência da entidade. Após dar as boas vindas às novas conselheiras governamentais Rosilea Roldi Wille, do Ministério da Educação, Assessora da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD, e Débora Beserra, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Assessora da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, a Ministra saudou a presença da sra Herilda Balduino de Souza,

50 nova presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e ex-presidente  
51 do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em seguida, a Ministra observou tratar-se da  
52 primeira reunião do Conselho do ano, o ano da II Conferência Nacional de Políticas para  
53 Mulheres, a realizar-se em agosto. A Ministra justificou a convocação da reunião pois já em  
54 março iniciam-se as conferências municipais, primeira etapa de todo o processo, o que trouxe  
55 a necessidade de uma reunião do CNDM anterior, para que as conselheiras participantes da  
56 Comissão Organizadora pudessem apresentar o andamento dos trabalhos da Comissão ao  
57 conjunto das conselheiras. Em seguida a Ministra deu os informes sobre a comissão formada  
58 na reunião do CNDM de novembro de 2006 para a elaboração do edital para o Observatório  
59 de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha, destacando que  
60 implementar a lei significa não só aplicá-la desde o ponto de vista do Judiciário, mas significa  
61 a criação de serviços, ampliação da rede, para que todos os artigos da Lei sejam  
62 implementados pelo poder público, nos estados, nos municípios e na União. Informou ainda  
63 que o consórcio ganhador do edital apresente relatórios periódicos ao Conselho Nacional dos  
64 Direitos da Mulher, para que possa acompanhar essa atividade de controle social feita de  
65 maneira independente e autônoma por essas organizações reunidas sob a forma de consórcio.  
66 Em seguida a Ministra informou sobre a programação prevista para o Dia Internacional da  
67 Mulher, quando a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres costuma homenagear as  
68 mulheres através do lançamento de uma nova política pública concreta que vá ser  
69 desenvolvida. Neste ano será lançado o Plano de Ações Integradas para o Enfrentamento da  
70 Epidemia de Aids e outras DSTs entre as Mulheres, a Feminização da Aids, em parceria com  
71 o Ministério da Saúde através da Área Técnica de Saúde da Mulher. Além do Plano Nacional,  
72 será lançada a campanha de prevenção às DSTs e Aids durante os Jogos Pan-Americanos, em  
73 parceria também com o Ministério dos Esportes, Comitê Olímpico, Prefeitura e Governo do  
74 Estado do Rio de Janeiro, Caixa Econômica Federal e UNIFEM. Por isso, o evento  
75 comemorativo do 8 de março deste ano será realizado no Rio de Janeiro, com a presença do  
76 Presidente Lula, quando será feita também uma homenagem às atletas brasileiras. Antes de  
77 encerrar sua fala, a Ministra Nilcéa informou sobre a reunião da CSW/ONU, a Comissão  
78 sobre a Situação da Mulher da Organização das Nações Unidas, que se reúne anualmente para  
79 avaliar os avanços na plataforma da Conferência de Beijing. A reunião será de 26 de fevereiro  
80 a 9 de março. Como a CSW este ano este ano está financiando uma passagem aérea para um  
81 membro do governo da delegação de cada país, a SPM decidiu financiar a ida de uma  
82 representante da sociedade civil, escolhida entre as conselheiras, a integrar a delegação  
83 brasileira, além das que já o fazem com passagem paga por suas entidades. Ficou acertado  
84 então que as conselheiras postulantes a esta vaga se apresentarão, e a Secretaria do CNDM  
85 coordenará uma consulta às conselheiras e escolha do nome através de e.mail. A conselheira  
86 Maria Elvira/Fórum de Mulheres do Mercosul pediu a palavra para saudar a Ministra e a  
87 todas as conselheiras em sua volta ao Conselho depois de nove meses em que esteve ausente,  
88 quando atuou na Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais. Em seguida, a Ministra  
89 abriu a palavra para as conselheiras darem seus informes e fazerem suas considerações,  
90 recebendo as inscrições das conselheiras Arlete Zago/BPW, Eline Jonas/UBM, Justina  
91 Cima/MMC, Schuma Schumacher/AMB, Jacimar Gouveia/Conami, Marilma Torres/OAB,  
92 Edna Costa/CMB, Eunice Moraes/Ministério do Trabalho, Andrea Butto/Ministério do  
93 Desenvolvimento Agrário, Odisséia Carvalho/CNTE, Rumiko Tanaka/CGT, Concita  
94 Maia/MAMA, Lia Zanotta/Rede Feminista de Saúde, que, assim como as demais, manifestou  
95 seu agradecimento à Ministra pela condução do trabalho à frente da Secretaria Especial de  
96 Políticas para Mulheres e seu desejo de que permaneça no cargo. A Ministra Nilcéa  
97 agradeceu as manifestações de apoio recebidas, esclarecendo que se o Presidente convidá-la a  
98 continuar, o convite será aceito, por entender que há um trabalho a ser concluído por toda a

99 equipe da Secretaria de Políticas para Mulheres, acrescentando que este trabalho só pode ser  
100 feito por ter havido diálogo com a sociedade civil, agradecendo ao Conselho como um todo  
101 pela relação respeitosa e solidária estabelecida com a SPM. Em seguida, a Ministra passou  
102 para o ponto da II Conferência quando, por indicação das demais componentes da Comissão  
103 Organizadora, a palavra foi passada para a conselheira Schuma Schumaker para proceder ao  
104 informe sobre os trabalhos da Comissão. Antes de iniciar seu relato, a conselheira Schuma  
105 ressaltou a importância do Conselho ter assinado manifesto sobre a participação feminina na  
106 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, quando num curto espaço de tempo as conselheiras  
107 foram consultadas e a assinatura do CNDM pôde ser assegurada. Em seguida, iniciou seu  
108 relato enfatizando a importância do referendo do colegiado do CNDM para o trabalho das  
109 conselheiras na Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Políticas para  
110 Mulheres, destacando que até o momento a Comissão reuniu-se por cinco vezes, quando  
111 foram discutidas e definidas muitas questões, dentre as quais destacou a ampliação do número  
112 de delegadas, quando a partir da proposta conjunta da sociedade civil e do governo foi  
113 definida a ampliação para duas mil e oitocentas delegadas. A conselheira Schuma destacou  
114 ainda a inclusão do tema da participação política das mulheres no temário da Conferência, por  
115 ser um tema muito caro ao movimento feminista, e detalhou aspectos do Regimento  
116 elaborado pela comissão. Finalizou lembrando a importância da participação de todas as  
117 conselheiras no processo de construção da II Conferência, com o envolvimento também nos  
118 processos locais, com as Conferências Municipais e Estaduais que precederão a etapa  
119 nacional. A Ministra Nilcéa reforçou a importância do temário ser construído desde as  
120 conferências municipais, lembrando que, em relação ao ponto do Plano Nacional de Políticas  
121 para Mulheres, devem ser destacados não os detalhes do Plano, mas quais os grandes  
122 obstáculos encontrados para sua implementação, com a necessidade de criação de  
123 instrumentos para que as ações propostas possam ser concretizadas. A Ministra lembrou  
124 ainda a necessidade da II Conferência apontar para um conjunto de recomendações para que  
125 estados e municípios garantam esta implementação. Neste ponto foi feito um intervalo para o  
126 almoço, com a retomada dos trabalhos às 14:30h, quando a conselheira Marilma Torres  
127 encaminhou à Ministra um documento sobre a questão da Educação em nosso país, com  
128 análise e propostas, como contribuição para as discussões preparatórias à Conferência  
129 Nacional. Em seguida, diversas conselheiras da sociedade civil informaram sobre os  
130 processos em seus locais de origem. Sobre o ponto do Plano Nacional de Políticas para  
131 Mulheres no temário da II Conferência, a conselheira Débora Beserra, do Ministério do  
132 Planejamento, lembrou que avaliação demanda metodologia, sugerindo que se inicie desde já  
133 esta avaliação, para que ela seja fechada na Conferência Nacional com as recomendações  
134 mencionadas anteriormente pela Ministra. Lembrou ainda que, como não haverá tempo para  
135 que os resultados da Conferência influenciem o PPA-Plano Plurianual, uma vez que a  
136 Conferência ocorrerá em agosto, é importante que seja feita a consolidação das  
137 recomendações das conferências estaduais para o planejamento dos ministérios. A conselheira  
138 Albertina Costa propôs que seja feito um texto que facilite a leitura do Plano Nacional de  
139 Políticas para Mulheres, por ser este um texto necessariamente técnico. A conselheira Justina  
140 Cima destacou a importância da II Conferência discutir o modelo econômico e os problemas  
141 estruturais de nossa sociedade. A conselheira Eline Jonas destacou que, além do aumento do  
142 número de participantes da próxima Conferência Nacional, deve-se também buscar o  
143 aumento do número de municípios participantes, lembrando que o país avançou nesses três  
144 anos. A conselheira Jacimar Gouveia solicitou esclarecimentos sobre a participação da  
145 mulher indígena na Conferência Nacional, sendo esclarecida pela conselheira Nilza Iraci,  
146 participante da Comissão Organizadora, que a participação indígena, assim como a de todos  
147 os demais segmentos, deve dar-se a partir das Conferências Municipais, acrescentando que a

148 participação indígena na Conferência Nacional deve estar legitimada pelas conferências  
149 municipais e lembrando que isto está previsto no Regimento, onde está definida a necessidade  
150 de se contemplar as diferenças e incluir as diversidades em todas as etapas e documentos da II  
151 Conferência. A conselheira Edna Costa manifestou preocupação com as dificuldades  
152 financeiras encontradas pelos municípios do interior do Nordeste para a realização das  
153 conferências municipais, sendo esclarecida pela Ministra Nilcéa de que a Secretaria Especial  
154 de Políticas para Mulheres disponibilizará recursos para que as conferências municipais  
155 possam se realizar, recurso este a ser repassado através das Comissões Organizadoras  
156 Estaduais. Sobre a ida de uma conselheira representando o CNDM na reunião da CSW/ONU,  
157 com passagem da SPM, apresentaram-se as conselheiras Marilma Torres/OAB, Lia  
158 Zanotta/Rede Feminista de Saúde, Janete Mazziero/Fórum de Mulheres do Mercosul e Maria  
159 Elvira Sales, representando a Federação de Mulheres de Negócios/BPW. Foi acordado que a  
160 Secretaria do CNDM encaminhará a votação das conselheiras por e.mail para a escolha  
161 daquela que as representará na CSW. Em sua fala de encerramento da reunião, a Ministra  
162 Nilcéa informou que a SPM estará representada em todas as conferências municipais das  
163 capitais e em todas as estaduais, e solicitou às conselheiras que leiam os roteiros dos textos de  
164 referência para as conferências, distribuídos a todas, e que enviem suas contribuições o mais  
165 breve possível, para que possam ser incorporadas. Em seguida, agradeceu a presença de  
166 todas, e deu por encerrada a reunião.